

14

CAPÍTULO

IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CATALÃO-GO E O TRABALHO DO PROFESSOR DE APOIO À INCLUSÃO: POLÍTICAS, PRÁTICAS E DESAFIOS

Carolina dos Santos Arioza¹

Dulcéria Tartuci²

1 ¹Programa de Pós-Graduação em Educação, Unidade Acadêmica Especial de Educação, Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, Catalão/GO, Brasil

2 ²Programa de Pós-Graduação em Educação, Unidade Acadêmica Especial de Educação, Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, Catalão/GO, Brasil

E-mail de contato: carolarioza@hotmail.com; dutartuci@brturbo.com.br

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar a compressão de como se deu o processo de implantação da Educação Especial numa perspectiva inclusiva nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Catalão e como se organizou o trabalho do professor de apoio à inclusão nesse contexto. Primeiramente, é levantado o histórico da inclusão escolar na rede municipal. Depois, discute-se a organização do trabalho do professor de apoio nesse processo. Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizadas análise de documentos, entrevistas e aplicação de questionários aos professores de apoio visando compreender o processo de implantação e, também, a realidade atual da inclusão no município. O estudo foi embasado em documentos legais sobre a educação especial, como a Declaração de Salamanca, e em estudos bibliográficos. Apesar da implantação da inclusão na rede municipal de Catalão ser bastante recente, é importante lembrar que a inclusão tem início bem antes do município assinar qualquer termo de adesão, visto que, os alunos público-alvo da Educação Especial possuem, por lei, o direito ao acesso à escolarização. Entretanto, nota-se que a realidade ainda se apresenta distante de efetivar com sucesso as políticas inclusivas existentes.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Políticas públicas. Municipalização. Professor de apoio à inclusão.

Abstract: This article aims to understand how was the Special Education deployment process in an inclusive approach in the schools of the Municipal Network of Catalan Teaching and how they organized the work of the teacher to support the inclusion in this context. First up is the history of school inclusion in public schools. Then we discuss the issue of teacher support network work. For the development of the survey were used to analysis of documents, interviews and questionnaires to support teachers in order to understand not only the deployment process but also the current reality of inclusion in the municipality. The study was based on legal documents on special education, such as the Salamanca Statement and bibliographic study. Despite the implementation of inclusion in municipal Catalan be fairly recent, it is important to remember that inclusion begins well before the city sign any term of membership, as the Special Education target public students have, by law, the right of access to schooling. However the reality still has far to effect the existing inclusive policies successfully.

Keywords: Inclusive education. Public policy. Teacher support inclusion.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca apresentar a compreensão de como se deu o processo de implantação da educação inclusiva nas escolas da rede municipal de ensino do município de Catalão-GO, bem como os entraves, os desafios e as possibilidades presentes neste processo. Buscou-se por meio da análise de documen-

tos, entrevistas e aplicação de questionários, perceber como vem sendo trilhado o caminho da inclusão na rede e como está organizado o trabalho do professor de apoio à inclusão³ nesse contexto. O artigo foi dividido em duas partes. Na primeira, faz-se um histórico dos primeiros 5 anos de Educação Especial numa perspectiva inclusiva na Rede Municipal de Ensino. Na segunda parte, discute-se como está organizado o trabalho do professor de apoio nas escolas de rede municipal, levantando aspectos importantes, como a formação desses profissionais e as funções que eles estão desempenhando na escola.

Este trabalho não tem como objetivo principal apresentar um histórico da legislação brasileira em relação à educação especial, todavia é importante destacar algumas dessas leis, decretos e portarias que foram de grande importância para delinear o ideal de inclusão presente no discurso atual, bem como, auxiliar na compreensão do histórico aqui discutido.

A Constituição de 1988 estabelece a educação como um direito de todos, sem qualquer tipo de discriminação e institui em seu Art. 208, inciso III “Atendimento Educacional Especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Segundo Mendes (2010), a Constituição Federal Brasileira de 1988 “traçou as linhas mestras visando à democratização da educação brasileira [...] Ela assegurou que a educação de pessoas com deficiência deveria ocorrer, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Após 1988, foram vários os avanços no que diz respeito à legislação em relação à Educação Especial. Novas leis, decretos e portarias foram sendo sancionados, seguindo o discurso apontado por documentos pioneiros na área, como a Declaração Mundial de Educação para Todos (BRASIL, 1990) e a Declaração de Salamanca (1994). A Lei nº 9.394 /96 da LDBEN, reforça a Constituição de 1988 e prioriza a expansão de matrículas na rede pública regular, além de conceber a educação especial como modalidade de ensino. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) define que a Educação Especial deve ser realizada de forma complementar ou suplementar à escolarização dos estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, matriculados em classes comuns do ensino regular. Assim, a educação especial deixou de ser vista como uma questão vinculada somente à educação, tornando-se um direito do cidadão. Como nos lembra Santos (2013): “A política de inclusão escolar, de acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), ratificada pelo Brasil por meio dos Decretos

3 Considerando a definição de professor de apoio à inclusão podemos afirmar que os profissionais que atuam nesta função na rede municipal de Catalão, em geral não são licenciados (ver Quadro 1), portanto, não podemos nomeá-los deste modo. Todavia mantemos o termo “professor de apoio à inclusão” por ser a forma como são tratados na rede de ensino.

nº 186, de 2008 e nº 6.949, de 2009, se respalda no princípio de que a educação inclusiva é uma questão de direitos humanos” (2013, p. 281).

Em 1999, o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como modalidade transversal a todos os níveis e abrange todas as modalidades de ensino, ou seja, perpassa desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. Em 2001, dando continuidade aos avanços legais, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, em sua Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2, afirma que: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (BRASIL, 2001).

A resolução CNE/CEB 04/2009, instituiu as diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, e preconiza em seu Art. I o direito à matrícula dupla:

Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos (BRASIL, 2009).

Além de outras especificações, como as funções do AEE, a definição do público-alvo da educação especial e a formação do profissional para atuar nas salas de recursos multifuncionais também estão previstas nessa resolução.

Esses e outros documentos, que norteiam a política de educação especial no país atualmente, são de grande importância para compreender o processo de implementação da educação numa perspectiva inclusiva nos municípios, visto que a municipalização da educação especial, por mais que esteja inserida dentro de um contexto nacional, é dotada de particularidades, que serão discutidas no decorrer deste trabalho.

2 METODOLOGIA

A pesquisa aqui apresentada está vinculada ao Observatório Nacional de Educação Especial (Oneesp) e ao Observatório Goiano de Educação Especial (Ogeesp). O projeto foi submetido e aprovado por meio do Parecer nº 291/2011 emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar.

O trabalho foi desenvolvido no município de Catalão – GO no ano de 2014. Para alcançar o objetivo proposto, foram realizadas visitas à Secretaria Municipal

de Educação e ao Conselho Municipal de Educação visando ao levantamento de escolas, profissionais e professores de apoio à inclusão para entrevista. Selecionamos profissionais que atuaram nos primeiros anos da implantação das escolas inclusivas no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e professores de apoio que estavam em atuação na rede. As entrevistas foram gravadas em áudio e vídeo, e, posteriormente, foram transcritas e analisadas sob a ótica das políticas públicas que norteiam a educação especial no Brasil.

Além das entrevistas, realizamos a aplicação de questionários aos professores de apoio à inclusão que atuavam na rede municipal. Foram selecionadas oito escolas municipais com foco nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Todos os professores de apoio que atuavam nas escolas visitadas foram convidados a responder o questionário, constituindo-se participantes aqueles que aceitaram o convite e fizeram a devolutiva do questionário aplicado.

3 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE CATALÃO E A ATUAÇÃO DO PROFESSOR DE APOIO À INCLUSÃO

Dividimos as discussões em dois tópicos para melhor compreensão dos dados produzidos. No primeiro (3.1) apresentamos o histórico dos cinco primeiros anos de inclusão na rede municipal de Catalão, buscando analisar como se deu o processo de implementação a partir da fala de profissionais que atuaram nesse período e também de documentos legais fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação. Concomitantemente, discutimos esses dados a partir de obras de autores que são referência em políticas públicas para a inclusão, como Mendes (2006); Oliveira e Leite (2007); Tartuci (2012); Baptista (2011); Santos (2013), bem como sob a ótica das políticas públicas para a inclusão no Brasil.

No tópico seguinte (3.2), voltamos o olhar para a organização do trabalho dos profissionais que atuam como professores de apoio à inclusão na rede municipal. A discussão e a análise estão relacionadas aos conceitos apresentados pelos autores-referência citados sobre o papel desse profissional dentro da escola, bem como a respeito de sua formação e das atribuições que lhe competem como tal. Nesse tópico, apresentamos também os dados produzidos a partir dos questionários respondidos pelos professores participantes da pesquisa. Buscamos, assim, abrir espaço para uma reflexão crítica acerca de como vem se configurando o papel do apoio no espaço escolar não só na rede municipal de ensino, mas também em níveis mais amplos.

3.1 A educação especial numa perspectiva inclusiva em Catalão: os primeiros 5 anos (2009 – 2014)

As primeiras iniciativas para a implantação de escolas inclusivas na rede municipal de ensino de Catalão surgiram no ano de 2009. Até então, já existiam alunos com deficiência matriculados em escolas municipais, visto que o direito à matrícula para esses alunos (atualmente, engloba-se, no chamado público-alvo da educação especial, todo aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superlotação) consta na legislação brasileira, como já dito anteriormente, mais especificamente, desde a Constituição de 1988, que, no seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” e explicita no art. 3, inciso IV como um de seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988).

Das disposições legais citadas até então que endossam a educação especial, pode-se dizer que até o ano de 2009 a efetivação dessa legislação ainda era inexistente na rede municipal de ensino de Catalão, visto que os alunos público-alvo da educação especial matriculados nas escolas da rede, ainda não recebiam nenhum tipo de acompanhamento específico. As escolas não estavam preparadas para receber esses alunos, apesar de eles já se encontrarem inseridos nas escolas. O sistema precisava se organizar não só no sentido de realizar adaptações físicas no espaço da escola, mas também havia a necessidade de “reorganizar” a mão de obra, contratando e/ou formando profissionais a fim de prepará-los para lidar com essa nova realidade.

Além disso, a ausência de projetos de âmbito político-municipal, visando ao engendramento de ações inclusivas condizentes com a realidade da rede de ensino, era um impedimento para que ações nesse sentido fossem tomadas. Assim, essas crianças eram aceitas na escola por uma questão legal, como já citado, mas eram encaminhadas para receber apoio especializado na escola especial Santa Clara, da Fundação Pestalozzi, referência em Educação Especial em Catalão desde o ano de 1985, hoje conhecida como Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE). As escolas da rede estadual de ensino, nessa época, já eram inclusivas. Algumas já haviam implantado Salas de Recursos Multifuncionais e seguiam a política de inclusão da época, na qual tínhamos as chamadas “escolas referência”. Entretanto a oferta desse serviço estava restrita ao Ensino Fundamental e Médio das escolas pertencentes à rede estadual, visto que o Estado não ofertava, e ainda não oferta, Educação Infantil em Catalão. O município é quem responde por esse nível de ensino.

No ano de 2009, segundo M.L.P.R.⁴, coordenadora de educação especial da Secretaria Municipal de Educação, da gestão 2009-2012, já havia um número considerável de alunos com deficiência matriculados em escolas do município e fez-se necessário implantar a educação especial devido a essa necessidade iminente apresentada pelas escolas. Segundo ela, “já estava passando da hora de acontecer a inclusão no município”.

Muitas escolas, nessa época, começaram a solicitar apoio da Secretaria Municipal de Educação para lidar com os alunos que apresentavam necessidades educacionais especiais, e, diante dessa realidade cada vez mais crescente, fez-se necessário que o município tomasse providências a fim de aderir aos ideais inclusivos e de passar a adotá-los nas escolas da rede municipal.

Formou-se, então, um departamento, dentro da Secretaria Municipal de Educação, que ficou responsável por coordenar esse processo, nomeado “Coordenadoria de Educação Especial”, chefiado por M.L.P.R. Num primeiro momento, essa equipe realizou um levantamento a fim de conhecer o número de alunos com necessidades educacionais especiais (NEEs) matriculados nas escolas da rede municipal de ensino. Cita-se alunos com NEEs, pois este levantamento foi feito levando-se em conta não só aqueles alunos que se enquadravam no chamado público-alvo da educação especial, mas todas as crianças que apresentavam alguma dificuldade de aprendizagem que as levasse a ter dificuldade em acompanhar as atividades realizadas em sala de aula. Essas, segundo a legislação, não se “enquadram” no conceito de alunos com necessidades educacionais especiais.

Diante dos dados levantados, deu-se início, então, às primeiras ações por parte do município, com o intuito de preparar seu sistema educacional para não só garantir o acesso, como também a permanência e o desenvolvimento de todos os alunos, com e sem deficiências, e foram dados os primeiros passos para a implantação da Educação Inclusiva nas escolas da Rede Municipal de Educação em Catalão.

O setor responsável, visando trilhar um caminho nessa direção, montou um projeto que tinha como objetivo fazer um levantamento individual das necessidades educacionais especiais apresentadas pelos alunos da rede. Para isso, prestaram atendimento individual a essas crianças. Ao mesmo tempo, foi realizado o primeiro trabalho com as famílias, no qual era feita uma anamnese visando conhecer individualmente cada caso e sensibilizar os responsáveis pelo aluno sobre a importância do acompanhamento escolar e especializado.

Durante o processo, constatou-se que muitas dessas crianças apresentavam laudos médicos de deficiência e algumas já faziam acompanhamento médico e/

4 Optou-se pelo uso de iniciais para resguardar a identidade da participante.

ou com outros profissionais. Da mesma forma, a equipe se deparou com pais que nem sequer desconfiavam da deficiência do filho, “não tinham percebido”, como nos diz M.L.P.R. O trabalho com a família, por sinal, foi um dos maiores desafios enfrentados pela equipe nesse processo inicial. “Nem todas as famílias tinham uma preocupação e um envolvimento, você entende? Às vezes, nós encaminhávamos pra ir pro médico, pra fazer uma avaliação, pra poder ter um atendimento psicológico, de fono né... e tinha mãe... família que não tinha o compromisso. Aconteceu isso demais. Então tivemos esse desafio que foi bem difícil [...] Nós tivemos situação de família que nem sabia que a criança tinha deficiência e não aceitava também”, destaca.

Em relação à legislação, a coordenadoria de educação especial do município ainda não havia pensado em montar seu próprio regimento, apesar de já terem sentido essa necessidade. Ao ser perguntada sobre essa questão, a entrevistada relatou que “[...]o primeiro passo seria o levantamento mesmo. Primeiro eu teria que conhecer a clientela, qual era o meu campo de trabalho. Não adiantava eu levar uma coisa pronta se não é a realidade, né.” Segundo ela, o município tinha como princípios norteadores, além daqueles que endossam a educação e que já foram citados na introdução deste artigo, documentos como a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Resolução 04/2009; esta última já citada anteriormente. Além disso, a entrevistada disse que, nesse primeiro momento, o município seguira a legislação estadual, visto que “o município, de certa forma está sob a regência do Estado. Então, portanto, segue essa lei.” Ainda sobre a legislação, ela salienta que, no ano de 2009, a equipe do setor de inclusão recebeu uma palestra para tratar exclusivamente do documento de 2008, a fim de que esses profissionais estivessem informados a respeito das questões legais que deveriam endossar todo o trabalho.

Concomitante a esse levantamento e trabalho com a família, a equipe deu início à orientação dos profissionais das escolas. Foi um trabalho contínuo, com visitas semanais feitas para ouvir a direção, a coordenação e os professores sobre a realidade dos alunos ali matriculados. Os profissionais de cada escola passavam para a equipe qual era a situação de cada criança com necessidades educacionais especiais matriculadas, quais as dificuldades encontradas pela escola e pelos professores para lidar com a situação em questão e quais procedimentos eram utilizados visando ao desenvolvimento desse aluno na escola. Ao mesmo tempo, a equipe orientava esses profissionais em reuniões que aconteciam nas escolas. Nessas ocasiões, eram discutidas com os profissionais envolvidos algumas diretrizes de como trabalhar de acordo com cada deficiência ou dificuldade apresentada.

Importante destacar que a equipe era, inicialmente, formada por duas profissionais capacitadas na área da educação especial. Uma delas com especialização em Atendimento Educacional Especializado e Psicopedagogia, e a outra profissional

com especialização em Alfabetização. Nesse aspecto, essa gestão considerou um ponto bastante favorável, que é a questão da formação dos profissionais, visto que “a própria equipe técnica responsável pela educação e que atua nas escolas precisa ser capacitada para lidar com essa nova proposta, tanto nos aspectos teóricos e legislativos, quanto nos operacionais e pedagógicos” (OLIVEIRA e LEITE, 2007).

Voltando ao processo de implementação, percebe-se que, apesar dos ideais da inclusão já estarem previstos por lei e da rede estadual de ensino no município já vivenciar mais diretamente essa realidade, esse era o primeiro movimento das escolas da rede municipal nesse sentido. Portanto, era apenas o primeiro passo, um momento de adesão aos ideais inclusivos. Nenhuma escola municipal tinha, como já citado, preparação de pessoal ou arquitetura para receber esses alunos. Por isso, nesse primeiro momento, a equipe que coordenava a educação especial no município, buscou, segundo o relato da responsável pelo setor, envolver o máximo de profissionais da educação possível, a fim de prepará-los para lidar com essa nova situação que lhes era apresentada. Foi um momento de sensibilização da comunidade escolar em geral, visto que a maioria dos profissionais não tinha preparação ou conhecimento específico para atuar numa perspectiva inclusiva.

Esse despreparo é um reflexo do que acontece em muitos municípios durante o processo de municipalização do ensino especial. Oliveira e Poker (2003, p. 237 apud OLIVEIRA e LEITE, p. 517) explicam que, ao assumir o ensino especial, os municípios começaram a “enfrentar uma realidade até então desconhecida: lidar com as heterogeneidades de toda ordem no mesmo espaço escolar, incluindo alunos que têm deficiências sensoriais, físicas ou cognitivas”.

Lidar com essa nova realidade foi um desafio para todos os envolvidos no processo, direta ou indiretamente. Foi um momento de mudança não só para aqueles que estavam dentro do espaço escolar, mas também para as famílias dos alunos. Aliás, podemos citar esse envolvimento da sociedade como sendo um aspecto favorável da municipalização do ensino especial, visto que a população tem a oportunidade de participar mais ativamente das ações realizadas pelo município, ocorrendo então “a possibilidade, mesmo que latente, de a comunidade reivindicar seus direitos de cidadania, lutando pelos preceitos que, mesmo estando estabelecidos em lei, se encontram ainda distantes da prática cotidiana” (OLIVEIRA e LEITE, 2007, p. 514).

E, a partir do momento que as escolas do município aderiram à inclusão, a demanda também aumentou. Os dados fornecidos pela equipe responsável pela inclusão escolar da rede municipal mostram isso de forma clara. Em 2009, no primeiro levantamento, havia 48 alunos com deficiência matriculados em escolas da rede municipal de ensino, sendo seis alunos na Educação Infantil e 42 no

Ensino Fundamental⁵. Esses alunos estavam matriculados em uma das 26 escolas municipais que recebiam atendimento por parte da equipe responsável. Após a implantação da inclusão na rede, esse número subiu para 110 no ano de 2014⁶; número esse referente a alunos com deficiência matriculados em 23 escolas da rede, sendo três da zona rural e um do distrito de Santo Antônio do Rio Verde. Desses 110 alunos, 75 estão matriculados com laudos de surdez, baixa visão, deficiência mental, autismo e síndrome de down, e 35 alunos, com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), dislexia e em avaliação médica (diagnóstico indefinido). Esse aumento gerou a necessidade de promover encontros pedagógicos com os professores das salas de aula para discussão e planejamento, a fim de promover o fortalecimento de ações pedagógicas inclusivas no processo educacional, visto que, perante esse novo desafio, muitos professores se sentiam despreparados.

Segundo M.L.P.R., a falta de conhecimento/preparo e de disponibilidade⁷ por parte de muitos profissionais das escolas, principalmente por parte dos professores, foi o que mais dificultou a implantação da inclusão na rede durante a gestão em questão. Além da falta de informação, havia também certa resistência por parte dos educadores, que, muitas vezes, por não saberem lidar com a nova situação, apresentavam dificuldades em aceitá-la e em desenvolver um trabalho com os alunos. Mesmo a equipe que possuía experiência e formação no campo da educação especial, também se deparou com situações novas, que muitas vezes não sabia como lidar. A entrevistada levanta claramente essa questão quando diz que “[...] havia uma resistência muito grande por parte dos professores. Até então, foi muito difícil, vou te ser sincera, não foi fácil. Inclusive, a gente era sabatinada com tantas perguntas para as quais não tínhamos resposta. Nós tínhamos resposta do que trabalhar, mas não tínhamos resposta da mão de obra⁸. Porque nós tivemos muita dificuldade em ter profissionais, em ter professores que assumissem isso. Eles não eram disponíveis para estar atendendo essa criança, porque esse respaldo nós não tivemos”.

O que ela levanta é que, além da falta de preparação e de disponibilidade de alguns profissionais para atuarem frente a esse novo desafio, não houve, por

5 Números referentes aos alunos que apresentavam laudos médicos de sua deficiência.

6 Dados obtidos junto à equipe responsável pelo setor de Inclusão da Secretaria Municipal de Educação.

7 Dizemos “disponibilidade” querendo nos referimos à ausência de “busca” por novos conhecimentos por parte de muitos professores, para ajudá-los a lidar com a nova realidade que lhes era apresentada.

8 Ao dizer que não havia resposta da “mão de obra”, a entrevistada visou nos informar sobre a falta de contratação, pela gestão, de profissionais especializados para colaborar no processo de implantação da educação especial no município.

parte da gestão em questão, a contratação de novos profissionais para lidar com essa nova realidade. E isso dificultou bastante o processo. Esse é outro aspecto muito comum quando se trata de inclusão. Primeiramente, é preciso que ocorra, por parte do município, uma reestruturação em vários aspectos, como no campo pedagógico, legislativo, administrativo, entre outros. Oliveira e Leite (2007) discutem muito bem essa questão quando dizem que:

Como consequência desse processo de municipalização, alguns ajustes orçamentários, administrativos, políticos e pedagógicos precisam ser realizados para se alcançar o ideário de uma escola democrática, pluralista e de qualidade. É importante perceber que a descentralização administrativa traz em seu bojo o desarranjo de toda a estrutura do sistema educacional, no que se refere aos aspectos de gerenciamento, organização e funcionamento. Também podemos apontar a dificuldade no estabelecimento do quadro funcional da escola e da equipe de especialistas, levando, muitas vezes, à ausência de um gestor – da área da Educação – que se encontre sintonizado com as teorias educacionais e com o debate político-pedagógico atuais, e que dê suporte às ações cotidianas do interior das escolas (OLIVEIRA; LEITE, 2007, p. 513).

A questão é que, muitas vezes, o caminho percorrido é o inverso. Insere-se o aluno com necessidades educacionais especiais na escola para só depois dar início a uma reestruturação da legislação, à preparação dos profissionais, da escola, à modificação/adaptação do projeto político-pedagógico, à sensibilizar da sociedade. Com isso, as dificuldades aparecem tão logo a implantação da educação inclusiva tenha início. Segundo consta na Declaração de Salamanca, espera-se dos governos que eles garantam que, no contexto de uma mudança sistêmica, programas de treinamento de professores, tanto em serviço como durante a formação, incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas. Sendo assim, podemos concordar com Oliveira e Leite (2007) ao afirmarem sabiamente que:

inclusão não significa apenas inserção de alunos com deficiência nas classes comuns, mas prevê a mobilização da escola no alargamento de suas opções político-pedagógicas, para atender à diversidade de seu alunado. E, indiscutivelmente os municípios precisam de indicativos teóricos, legislativos e operacionais para atuarem numa perspectiva inclusiva [...]. Alguns procedimentos diferenciados precisam ser garantidos para receber e manter, com qualidade educacional, todos os alunos na escola. O êxito da educação inclusiva dependerá, em grande medida, da oferta de uma rede de apoio à escola, através do trabalho de orientação, assessoria e acompanhamento do processo de inclusão (OLIVEIRA; LEITE, 2007, p. 514).

No município de Catalão, devido à falta de professores especialistas na área, foram realizadas naquele momento uma sensibilização e uma orientação a esses profissionais, por meio de palestras e encontros promovidos pela Secretaria Municipal de Educação. Primeiramente, recebiam orientações somente aqueles

professores que tinham alunos com deficiência em sala de aula. Nesse período de implantação, o município contava com apenas uma Sala de Recursos Multifuncionais para prestar atendimento especializado a esses alunos. Nenhum professor da rede tinha feito o curso para atuar nessa sala. Portanto, a equipe do setor de inclusão da Secretaria Municipal de Educação atuava, podemos dizer, como os antigos “professores itinerantes”, que realizavam visitas esporádicas nas escolas para prestar atendimento especializado à criança, aos professores, aos demais profissionais da instituição e à família.

M.L.P.R. explica esse momento quando diz que “Esse atendimento que a gente fazia era pra conhecer em que nível estava essa criança. Só que o que acontece: a gente fazia observando como que estava essa criança, qual seria a bagagem que ela tinha até agora. Pra gente orientar a professora depois como ela deveria trabalhar. Porque esse não era um atendimento periódico, não. Era uma observação inicial para depois ajudar a professora a caminhar. Está certo que não era o certo, mas era o recurso que nós tínhamos, era o possível, realmente. Era o que, na época, nós tínhamos condições de fazer. Até então, nós não tínhamos condições, porque professor de apoio nós não tínhamos. Então, qualquer coisa que fizéssemos já era um avanço. Talvez hoje o processo não fosse esse, né? Mas, na época, foi o mais viável”.

Com o aumento do número de alunos com deficiência nas escolas da rede, ficou cada vez mais difícil para a equipe atender à crescente demanda. “Partindo disso aí, nós vimos a necessidade de ter o curso geral para todos os professores”, diz. Os que demonstraram maior interesse foram encaminhados para fazer o curso em Atendimento Educacional Especializado, para atuar nas futuras Salas de Recursos Multifuncionais que seriam implantadas. E, no início do ano de 2011, os professores da rede participaram de uma semana pedagógica, em que receberam palestrantes da área da educação especial e minicursos, visando à sensibilização e à motivação para buscarem formação continuada específica na área. M.L.P.R. faz um levantamento sobre essa semana pedagógica explicando que “[...] com o aumento do número de crianças, foi aumentando a necessidade de preparar mais os professores, foi quando aconteceu esse encontro, e realmente, é... deu uma ajuda. Foi um trampolim”. Segundo ela, foi um momento em que “houve uma participação significativa da rede municipal.”

A partir dessa semana pedagógica, as escolas começaram a se mobilizar de maneira mais significativa, no sentido de começar a repensar sua organização, sua prática docente e seu projeto político-pedagógico, com o objetivo de estar mais preparadas para responder a essa nova realidade. A entrevistada salienta que “Depois que aconteceu aquela semana pedagógica, aí houve uma melhor aceitação da escola. Começaram a entender, a busca foi maior... os professores se ‘apropriou’ mais da inclusão”.

Como citado pela coordenadora da inclusão no município na gestão 2009-2012, não havia professores de apoio à inclusão nessa época. Como a presença desse profissional tornou-se, de certa forma, indispensável, o município decidiu contratar mão de obra do chamado Centro de Convivência do Pequeno Aprendiz (CCPA) para atuar como monitores em sala de aula, que acabaram prestando o papel do professor de apoio, situação essa que será discutida mais adiante.

Dando continuidade ao trabalho, para conseguir prestar acompanhamento às 26 escolas do município, além das visitas semanais que eram realizadas pela equipe, foi lançado pelo Departamento de Inclusão da Secretaria, um projeto piloto, denominado “Construção Colaborativa do Conhecimento”. Esse projeto surgiu após a realização do levantamento, já citado anteriormente, para conhecer a realidade das escolas municipais em relação a seu alunado público-alvo da educação especial. Consta no documento “Experiências Educacionais Inclusivas na Rede Municipal de Educação de Catalão”, redigido pela própria equipe responsável pela inclusão no município, que “o projeto surgiu a partir de avaliações feitas pela equipe acerca do nível de aprendizagem de alunos nas escolas da rede municipal. Além dos alunos que apresentavam alguma deficiência, outros sensibilizaram a equipe pelas dificuldades de aprendizagem e por ainda não estarem alfabetizados”.

A ideia era que o projeto piloto se constituísse de vários outros projetos, que seriam desenvolvidos nas unidades educacionais. Segundo consta no documento, o desenvolvimento de projetos, a partir do projeto piloto, tinha como objetivo conseguir “implementar maior autonomia por parte das unidades educacionais envolvidas”.

Assim, no ano de 2011, o município já contava com projetos em várias unidades educacionais. Eram eles:

- **Projeto Educação bilíngue para crianças surdas de educação infantil e anos iniciais: um projeto colaborativo.** Realizado no CMEI Aníbal Rosa do Nascimento, de 02 jun. 2011 a 01 dez. 2011, em parceria com o Núcleo de Pesquisa em Práticas Educativas e Inclusão (Neppein) da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão;
- **Projeto Entrelaçando saberes – informática educativa e educação inclusiva.** Realizado na Escola Municipal Wilson da Paixão, nos anos de 2010 e 2011, com orientação e acompanhamento da Secretaria Municipal de Educação – Setor de Inclusão;
- **Projeto Construindo a leitura e a escrita com aprendizado lúdico.** Realizado na Escola Municipal Patotinha;
- **Projeto Alfabetização e letramento.** Realizado na Escola Municipal José Sebba;

- **Projeto Ler e escrever para comunicar melhor.** Realizado na Escola Municipal Frei João Francisco;
- **Projeto Eu sou capaz.** Realizado na Escola Municipal Nilda Margon Vaz;
- **Projeto Reforço escolar – alunos com dificuldades de aprendizagem e deficiência.** Realizado na Escola Municipal Francisco Clementino Dantas.

Esses foram os projetos realizados até o ano de 2012, e, dessa forma, como nos relatou a entrevistada, foi possível que, cada escola, reorganizasse seu projeto político-pedagógico e reavaliasse a prática docente, através de um planejamento coletivo entre os profissionais, buscando atender não só aos alunos com deficiência, mas também “as diversas especificidades dos alunos, contribuindo com o processo de inclusão escolar”.

Em relação ao serviço de Atendimento Educacional Especializado, após a adesão da inclusão pela rede municipal de ensino, o Ministério da Educação deu início à liberação de verbas para a instalação da Sala de Recursos Multifuncionais. A primeira delas foi instalada no CAIC São Francisco de Assis, no final do ano de 2010. A segunda foi instalada no distrito de Santo Antônio do Rio Verde, e, a terceira, na Escola Municipal Nilda Margon Vaz. Essas foram as três primeiras Salas de recursos Multifuncionais implementadas pelo município que passaram a prestar Atendimento Educacional Especializado aos alunos público-alvo da educação especial, no ano de 2011. Esse atendimento, como consta na resolução CNE/CEB 04/2009, era prestado àqueles alunos que estavam matriculados na rede regular e realizado no turno inverso ao da escolarização, não sendo de caráter substitutivo.

Assim, no final do ano de 2012, era essa a realidade do ensino inclusivo no município. Os primeiros passos haviam sido dados, e, segundo M.L.P.R, apesar dos vários entraves encontrados durante o processo de adesão e implementação, pode-se dizer que esse primeiro momento foi marcado pela sensibilização da causa pela comunidade escolar como um todo. Em sua fala ela ressalta que “[...] a parte do profissional faltou, foi o maior entrave. E teve por outro lado esse respaldo pelos gestores, dos professores que abraçaram a causa”. Mesmo com toda a dificuldade de aceitação encontrada no início do processo, aos poucos, os profissionais foram se apropriando e começaram a se envolver, como ela nos relata. E como as questões políticas são inerentes a esse processo de municipalização do ensino, a educação especial no município entraria numa nova fase devido à mudança de gestão.

Nessa mudança, destaca-se a iniciativa de contratar estagiárias para atuar como professores de apoio à inclusão. Segundo informações fornecidas pelo setor de

inclusão⁹ da Secretaria Municipal de Educação, desde o ano passado o município trabalha em parceria com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), contratando estagiárias para assumirem essa função junto às crianças das escolas municipais. Entretanto, cabe ressaltar que, apesar dessas estagiárias atuarem nas escolas como professoras de apoio à inclusão, sabemos que esse “apoio” não acontece efetivamente, visto que a formação do professor de apoio à inclusão é dotada de particularidades de âmbito legal, a qual será tratada no tópico a seguir.

Questionados sobre essa questão, o setor de inclusão da Secretaria Municipal de Educação, informou que a partir do segundo semestre de 2014, a secretaria pretende contratar profissionais habilitados para assumir a função do profissional de apoio, que serão selecionados mediante um credenciamento junto à Secretaria de Educação.

Além dessa parceria com o IEL, está em andamento o projeto “Educação Infantil 100% Inclusiva: acesso, permanência e qualidade”, do Ministério da Educação (MEC), que visa aumentar a qualidade da inclusão na Educação Infantil do município.

Em relação ao regimento¹⁰, a coordenadora de Ensino Especial informou que a secretaria tem como um de seus objetivos a construção de seu próprio regimento, mas que, por enquanto, continuam seguindo a legislação do estado de Goiás referente à inclusão.

As orientações aos serviços de apoio à inclusão e às escolas são realizadas por meio de formação continuada, reuniões e suporte às professoras do Atendimento Educacional Especializado.

3.2 A organização do trabalho do profissional que atua como professor de apoio à inclusão

Primeiramente, é importante conceituar o que chamamos de professor de apoio à inclusão. Segundo Neto,

O professor de apoio deve ser um profissional habilitado ou especializado em educação especial, que trabalha com o aluno deficiente que precise de apoio intenso e contínuo e que esteja inserido em salas regulares. Deve auxiliar a criança deficiente, o professor regente e a equipe técnica que por vezes presta atendimento às crianças deficientes. Este deve ser detentor de conhecimentos específicos como códigos de lin-

9 Hoje chefiado por M.L.D.P., formada em Letras, especialista em Psicopedagogia.

10 A questão do regimento foi levantada para questionar a criação de um regimento interno pela Secretaria Municipal de Educação. Entende-se aqui como Regimento Interno, o conjunto de regras criadas por um grupo para regulamentar e orientar suas ações realizadas.

guagens e técnicas que possibilitem ao aluno o aprendizado de conteúdos ensinados (NETO, 2009 apud TARTUCI, CARDOSO E FREITAS, 2013, p. 4).

Considerando a definição de professor de apoio à inclusão podemos afirmar que os profissionais que atuam nesta função, em geral, não são de fato professores, uma vez que apenas dois deles cursaram Pedagogia (ver Quadro 1). O considerado professor de educação especial (neste caso professor de apoio à inclusão) deveria ser licenciado em Educação Especial ou licenciado com especialização na área de Educação Especial ou mesmo cursos nessa área.

Segundo Tartuci (2012), observamos em Goiás dois tipos principais de serviços de apoio pedagógico: um de caráter mais interno à sala de aula comum e outro de caráter mais externo, os ofertados em salas de recursos. Acrescenta ainda que, nesse estado, o Atendimento Educacional Especializado vem se organizando, prioritariamente, a partir da atuação do professor de apoio à inclusão e do professor de salas de recursos multifuncionais.

Como foi levantado anteriormente neste trabalho, no município de Catalão, durante a gestão 2009-2012 (gestão marcada pela adesão à inclusão pelas escolas da rede municipal) pode-se dizer que não tivemos a presença desse profissional, de acordo com as características exigidas a esse professor. O que tivemos foram alguns professores que foram encaminhados para fazer o curso de Atendimento Educacional Especializado, para estarem aptos a atuar nas primeiras salas de recursos multifuncionais que estavam sendo implantadas pelo município.

O município não contava com o professor de apoio à inclusão, embora as escolas municipais já contassem com um número significativo de alunos que se enquadravam no chamado público-alvo da educação especial. Assim, no início, pode-se dizer que a equipe responsável pela inclusão dentro da secretaria municipal de educação acabou fazendo o papel do chamado profissional itinerante, pois esses profissionais eram aqueles que visitavam as escolas e prestavam orientação aos educadores, coordenadores, diretores, gestores, além de prestar atendimento à própria criança deficiente.

Entretanto, com o aumento dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas do município, sentiu-se a necessidade da presença de um profissional de apoio à inclusão que estivesse na escola cotidianamente para prestar atendimento a essas crianças.

O que aconteceu na gestão 2009-2012 foi que a Secretaria Municipal de Educação passou a contratar monitores (monitores esses, em sua maioria, menores aprendizes do Centro de Convivência do Pequeno Aprendiz – CCPA) para atuarem como apoio na rede, o que mostra uma prática fora de sintonia com as teorias educacionais e as políticas de inclusão, visto que esse professor deve ter preparação para lidar com o aluno deficiente, devendo ser capacitado para atuar

na área da educação especial, características na maioria das vezes não apresentadas por menores aprendizes, que muitas vezes estão vivendo uma experiência profissional pela primeira vez, tendo, em sua maioria, formação ainda incompleta no Ensino Médio.

Foi somente a partir de 2013, com a nova gestão, que a Secretaria Municipal de Educação passou a pensar numa organização para o trabalho desse profissional nas escolas da rede. E, mais uma vez, pode-se dizer que a prática foi efetivada de maneira não favorável ao que condiz a legislação em relação ao profissional habilitado.

A parceria com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), já citada no histórico, fez com que saíssem os menores aprendizes que atuavam como apoio e entrassem os estagiários, que embora já sejam possuidores de um nível de escolarização mais elevado, continuam não possuindo, em sua maioria, nenhuma habilitação na área da educação especial. Foram entregues questionários a vinte desses estagiários (apenas uma pequena parcela já é profissional com curso superior completo e atua como profissionais efetivos na rede) que estão desempenhando a função de professor de apoio à inclusão na rede. Desses, 11 fizeram a devolutiva. Uma das questões que deveria ser respondida estava relacionada à formação profissional. Segue abaixo os dados levantados¹¹:

Quadro 1 Formação dos professores de apoio participantes da pesquisa

Nome	Formação Inicial	Pós-Graduação	Formação Continuada
F.S.P	Cursando Administração de Empresas		Participou de alguns cursos realizados pela rede.
C.L.S	Cursando Fisioterapia		
D.S.V	Cursando Ensino Superior – não especificou a área		
C.M.R	Formação em Administração de Empresas	Gestão de Pessoas	Cursando Pedagogia
L.N	2 Grau Completo		Cursando Técnico em Logística e Serviço Social

¹¹ Não foram utilizados os nomes para preservar a identidade dos profissionais que participaram da pesquisa.

Nome	Formação Inicial	Pós-Graduação	Formação Continuada
R.P	Superior Incompleto – sem especificação		
D.O.T	Cursando Pedagogia		
E.S.	Não respondeu		
A.F.L	Formada em Pedagogia	Especialização em Planejamento Educacional	Possui cursos de formação na área de Deficiência Auditiva, Deficiência Mental e Deficiência Visual
P.C	Cursando Psicologia		
E.R.C	Formada em Pedagogia		

Os dados acima mostram uma despreocupação por parte do município em relação à formação dos profissionais de apoio à inclusão, visto que, dos 11 professores que responderam o questionário, apenas três tem formação ou estão se formando em Pedagogia. Isso se reflete na qualidade da prática docente que esse professor terá, e, conseqüentemente, refletirá também na qualidade das condições oferecidas para o desenvolvimento do aluno público-alvo da educação especial.

Em nove questionários, os professores disseram sentir-se inseguros em relação a suas práticas com o aluno para o qual presta atendimento. Desses, sete relacionaram sua insegurança ao fato de não ter segurança no método que utilizam, não sabendo se “estão fazendo o certo”.

Partindo dessas informações fornecidas pelos professores de apoio, podemos pensar em como o aluno que recebe o apoio se sente. Professor inseguro, que não tem domínio do que vai ensinar, acaba apresentando uma prática docente frágil, que torna o caminho até o conhecimento desgostoso para o aluno, o qual acaba não aprendendo ou aprendendo de maneira não significativa. Imagine então como se estabelecerá essa relação quando se trata de um professor de apoio à inclusão, que deve não só conhecer a deficiência de seu aluno como conhecer também as práticas que melhor o levem ao domínio de novos conhecimentos!

O que se espera, não só por parte do município em questão, mas em âmbito nacional (visto que esta é uma realidade ainda muito presente em nosso país), é efetivamente colocar em prática os ideais inclusivos, tal como constam na legislação, isto é, que todos os envolvidos no processo educacional tenham uma formação condizente com uma prática inclusiva, capaz de desenvolver as potencialidades de seu alunado, sejam esses alunos com necessidades educacionais especiais ou não.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do histórico levantado a respeito da implantação da educação especial nas escolas da rede municipal de ensino do município de Catalão – GO, pode-se dizer que ainda é cedo para analisar os resultados dos primeiros anos de inclusão na rede, visto que a mesma ainda se encontra em processo de implementação.

É possível apontar alguns desafios, dificuldades e possibilidades frente a essa nova realidade que se apresenta no município. Primeiramente, é importante lembrar que o fato de o aluno com necessidades educacionais especiais estar na escola, não significa necessariamente que ele obterá sucesso. Uma coisa é ter acesso à escola, obter direito à matrícula; outra é fazer com que esse aluno permaneça e encontre um ambiente favorável para que desenvolva suas potencialidades. Mendes (2006, p. 399) relata que “no geral, os estudos nacionais indicam que, mesmo para as poucas matrículas existentes, faltam aspectos básicos para garantir não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso desses alunos com necessidades educacionais especiais matriculados em classes comuns”.

Um desses aspectos está no modo como se dá o processo de implantação da inclusão escolar pelos estados e municípios. Para Mendes (2006): “No âmbito dos sistemas estaduais e municipais, diretrizes políticas de reforma norteadas pelos princípios da inclusão estão sendo anunciadas, mas em geral observa-se a ausência de procedimentos de avaliação, o que compromete o processo de implementação das propostas” (MENDES, 2006, p. 399).

Outra dificuldade, talvez uma das maiores, está relacionada à formação dos profissionais que atuam na inclusão. Como foi mostrado, anteriormente, a maioria dos profissionais que está atuando no ensino inclusivo no município não possui formação específica, principalmente quando falamos do professor de apoio à inclusão. O que se percebe é uma falta de preocupação com a formação dos professores atuantes na educação especial, o que gera resultados insatisfatórios tanto para o professor, que se sente despreparado e, conseqüentemente, desmotivado e inseguro, como para o aluno, que não encontrará suporte pedagógico para desenvolver suas potencialidades, prejudicando seu desempenho tanto na escola como fora dela.

Essa, infelizmente, não é uma realidade encontrada somente no município de Catalão, mas se constitui um desafio de âmbito nacional. Se buscamos alcançar uma mudança na escola, visando à construção de uma educação inclusiva, com respeito e valorização à diversidade, é de fundamental importância que, primeiro, se repense sobre a formação e a atuação do professor que irá atuar para contribuir com a efetivação dessa mudança. Baptista (2011) nos fala sobre essa questão, ao dizer que:

[...] cabe ao município contratar os profissionais qualificados ou investir na formação de integrantes de seus quadros, além do delineamento pedagógico que deverá inserir esses serviços nos projetos políticos-pedagógicos das escolas¹². No entanto, é fundamental admitir que hoje, além da exigência legal de oferta da escolarização no ensino comum, há elementos associados à distribuição de recursos que tendem a fazer com que os gestores invistam em serviços de atendimento complementar. Para isso, os profissionais qualificados devem continuar atuando na rede, fenômeno que deverá alterar a histórica “tradição” das cedências de profissionais integrantes dos sistemas públicos de ensino, com formação em Educação Especial, para atuarem em instituições especializadas ou filantrópicas (BAPTISTA, 2011, p. 69).

Sendo assim, é dever do município não só contratar profissionais capacitados, como investir na formação continuada daqueles profissionais que já atuam na rede, para garantir a presença de apoio qualificado visando garantir a efetivação da inclusão escolar nas escolas municipais.

Sabemos que é só o início e que os desafios são inúmeros. Entretanto, o primeiro passo foi dado, e, com isso, o município assumiu o compromisso de agir segundo as leis que regem a inclusão, o que quer dizer não agir de maneira contraditória a elas. Assumir esse compromisso faz com que o município torne-se responsável pela construção de uma organização de ensino pautada no respeito à diversidade, devendo não só assumir o ingresso do aluno com necessidades educacionais especiais à escola, como criar todas as condições para que ele permaneça e se desenvolva de forma plena, incluindo nisso a oferta dos serviços educacionais especializados e, como já ressaltado diversas vezes, a presença de profissionais capacitados, um dos fatores primordiais para que a inclusão no município trilhe caminhos de sucesso.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, C. R. Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. In: **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 17, p. 59-76, mai./ago. 2011. Edição Especial.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988. _____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

12 O autor refere-se aos serviços de educação especial, como a implantação de Salas de Recursos Multifuncionais.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008

_____. Resolução CNE/CEB nº 4/2009. Institui Diretrizes Operacionais Para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 de outubro de 2009.

CONFERÊNCIA Mundial de Educação para Todos. **Declaração Mundial de Educação para Todos**. Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Brasília, DF: UNIFEC, 1990.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas: Autores Associados, v. 11. n. 33, set./dez. Anped, CNPq, 2006.

_____. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogia**, v. 22, n. 57, may./ago., 2010.

OLIVEIRA, A. A. S. de; LEITE, L. P. Constituição de um sistema educacional inclusivo: um desafio político-pedagógico. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 57, p. 511-524, out/dez. 2007.

SANTOS, M. C. D. dos. Educação Especial e inclusão: por uma perspectiva universal, **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 277-289, jul./dez. 2013.

TARTUCI, D. Observatório goiano de educação especial: indícios de formação de professores e implementação do Atendimento Educacional Especializado. In: KASSAR, M. de C. M; SILVA, F. de C. T. (Org.) **Educação e Pesquisa no Centro-Oeste: processos de escolarização e práticas educativas**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2012.

TARTUCI, D.; CARDOSO, C. R.; FREITAS, A. de O. Serviços de Educação Especial em Goiás: o que dizem as diretrizes políticas de inclusão sobre as atribuições de seus professores. In: I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A DEFICIÊNCIA, 2013, São Paulo. **Anais...** São Paulo: EDPcd/Diversitas/USP Legal, p. 1-11, 2013.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: 1994

